



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Federal Rosana Valle – PSB/SP

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO Nº /2019

(Da Sra. Rosana Valle)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Viação e Transportes para debater a privatização da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V.Exa. seja realizada Audiência Pública da Comissão de Viação e Transportes, para debater sobre a privatização da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

Para tanto, solicitamos sejam convidadas as autoridades abaixo:

- Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - Diogo Piloni
- Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Casemiro Tércio Carvalho
- Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - Mário Povia
- Secretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo - João Octaviano Machado
- Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) - João Batista de Almeida Neto
- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo (SINDAPORT) - Everandy Cirino dos Santos
- Secretário de Assuntos Portuários, Indústria e Comércio da Prefeitura de Santos - Sandoval Soares
- Associação Comercial de Santos - Roberto Clemente Santini
- Presidente da Câmara Municipal de Santos – Rui de Rosís
- Presidente do Sindicato dos Operários e Trabalhadores Portuários em Geral nas Administrações dos Portos e Terminais Privativos e Retroportos do Estado de São Paulo - Claudiomiro Machado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada Federal Rosana Valle – PSB/SP

JUSTIFICATIVA

A crise econômica que assola o país desde 2014 consoante ao crescente aumento das contas públicas tem levado o atual governo a adotar medidas drásticas e pouco comuns de contingenciamento orçamentário, inclusive com redução de despesas consideradas primárias. Não obstante, a venda das empresas estatais também se tornou bandeira de gestão do Governo Bolsonaro.

Superavitária ou deficitária, desimportante ou estratégica, de controle direto ou indireto, eficiente ou não, entre outros quesitos, em se tratando de companhias públicas estes são detalhes significativos e primordiais para os interesses do cidadão comum, da classe empresarial, laboral, política e da Nação como um todo, mas que, aparentemente, se tornaram irrelevantes aos olhos da equipe econômica capitaneada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Eu quero privatizar todas as empresas estatais. Vamos desinvestir e desmobilizar ativos públicos, vamos desindexar, desvincular e desobrigar todas as despesas de todos os entes federativos. A minha obrigação é fazer o diagnóstico e entregar a prescrição. A decisão é do Congresso. Essa é a proposta", declarou o responsável pela Pasta ao jornal Valor Econômico (09/09/2019).

Dito isto, oportuno ressaltar que a obrigação de Paulo Guedes quanto ao "diagnóstico e entrega da prescrição" até o momento não foi cumprida e tampouco tornada pública, cujo silêncio, apesar do estrondoso anúncio do pacote feito em 22 de agosto passado, que incluiu 17 empresas estatais no Programa de Desestatização, dentre elas a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), gerou não apenas uma natural expectativa, mas sobremaneira imensa preocupação no seio da navegação comercial brasileira que interage com o Porto de Santos, não por acaso o maior e mais importante complexo portuário da América Latina, responsável por cerca de 30% da balança comercial brasileira.

Além disso, importante salientar que as atividades no Porto de Santos empregam aproximadamente 30 mil trabalhadores diretos, que incluem portuários sob administração do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) local, vinculados aos terminais e operadores portuários, do quadro da própria Codesp, Praticagem, Anvisa, Vigiagro, Antaq, Alfândega, Capitania dos Portos, agentes marítimos, despachantes, transportadoras, ferroviários, entre outros.

Nesse sentido, em face da complexidade que envolve a matéria e diante da ausência de maiores detalhes, exceto o prazo estimado pelo governo para a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada Federal Rosana Valle – PSB/SP

desestatização da Docas paulista (dezembro de 2022), para a boa ordem entendemos como condição "cine qua non" a realização da Audiência Pública com a participação dos principais agentes que interagem direta e indiretamente no setor, reunião que se antecipa como palco ideal para a devida discussão à luz das ideias.

Ressaltando que a privatização das empresas estatais sem a devida aprovação do Congresso Nacional é proibida, nos termos de decisão do Supremo Tribunal Federal, é dever desta CVT apreciar a pauta em sua plenitude, pela qual entendemos que a Audiência ora requerida contribuirá significativamente para o amplo, democrático e salutar debate sobre a privatização da Codesp, empresa responsável pela gestão da principal porta de entrada do comércio mundial e de saída das riquezas produzidas em território brasileiro, o Porto de Santos.

Assim, senhor presidente e demais pares, pelo que regem os princípios da administração pública, rogo pela aprovação deste requerimento para realização de audiência pública.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2019.

ROSANA VALLE
Deputada Federal PSB/SP